

## Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro *Em Aberto* (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva

### Discourse and preconstructed in the Brazilian journal *Em Aberto* (1985): functioning ways of a discursive memory

**ANJOS, HILDETE  
PEREIRA DOS**  
anjoshildete@unifesspa.edu.  
br

Doutora em Educação, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Brasil

**MARTÍNEZ, SÍLVIA  
ALÍCIA**  
silvia-martinez@hotmail.  
com

Doutora em Educação, Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Brasil

**MONÇÃO, VINICIUS DE  
MORAES**  
vinimoncaodois@gmail.com

Doutor em Educação, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

**MACHADO, FRANCINE  
DE SOUZA**  
franfran.machado@gmail.  
com

Mestra em Políticas Sociais, Professora da Rede Municipal de Campos dos Goytacazes (RJ), Brasil

**PALAVRAS-CHAVE:**  
Educação;  
Periódicos;  
Discurso;  
Memória.

**RESUMO:** O trabalho analisa, nos números 25 a 28 relativos ao quarto volume do periódico brasileiro *Em Aberto*, o interdiscurso presente nos modos de funcionamento da memória discursiva mobilizando discursos em circulação num periódico governamental. Assume-se que, a partir deste volume, publicado em 1985, o periódico concentrou suas temáticas nas questões educacionais postas em debate no processo constituinte que teve como corolário o capítulo da educação da Constituição Federal Brasileira de 1988. Assim, o *corpus* da pesquisa foi constituído por enunciados extraídos dos textos de apresentação de cada número. Mediante estratégias discursivas baseadas em encaixes sintáticos e discurso transversal, os pré-construídos trazem parafrases que suavizam a contextualização dos embates, num cuidado próprio das memórias da censura do período da ditadura, ao mesmo tempo em que evidenciam uma ancoragem nas temáticas organizadas pelos educadores brasileiros nas Conferências Brasileiras de Educação.

**KEY-WORDS:**

Education;  
Journals;  
Discourse;  
Memory.

**ABSTRACT:** This work analyzes the interdiscourse in the modes of functioning of a discursive memory, focusing on discourses in the fourth issue of *Em Aberto* journal. From this issue published in 1985, the journal focused its themes on educational issues debated in the constituent process, which culminated in the education chapter of the Brazilian Federal Constitution of 1988. Thus, the research *corpus* is composed of statements extracted from the introduction of numbers 25 to 28, which make up the fourth *Em Aberto* issue. Through discursive strategies based on syntactic fitting and transversal discourse and on a proper care of the censorship memories from the dictatorship period, the preconstructed bring paraphrases that soften the clashes contextualization, while at the same time showing an anchorage in the themes organized by Brazilian educators through the Brazilian Education Conferences.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar, utilizando a análise de discurso francesa de corte pecheutiano, o interdiscurso em enunciados presentes no periódico *Em Aberto*, publicado no Brasil desde 1981; para tal análise, são mobilizados os conceitos de pré-construído, encaixe sintático e discurso transversal (Indursky, 2011). Essa pesquisa faz parte de um projeto mais abrangente que se ocupa, desde 2018, em estudar a memória das lutas das organizações populares por direitos educacionais que levaram à configuração do Capítulo da Educação na Constituição Brasileira de 1988.

A noção de *dever de memória*, apresentado por Heymann (2006, p. 4), enfatiza as relações entre memória e direitos. O conceito remeteria, segundo a autora, ao Holocausto: “dever de memória, expressão cunhada ao longo dos anos 1990 e que, em poucas palavras, remete à ideia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias”. Assim, Estado e sociedade precisariam produzir políticas que não apenas corrigissem os padecimentos gerados pelos fatos passados, mas também que não permitissem seu esquecimento.

Na pesquisa mais ampla de que este texto faz parte, nos apropriamos do conceito de uma maneira diferente: pretendemos rememorar as lutas das organizações populares que levaram à configuração do Capítulo da Educação na Constituinte, e desejamos pensar essa tarefa como um *dever de memória*. Dois argumentos se apresentam como importantes: o primeiro, mais fortemente associado ao conceito original, remete à interdição da participação popular e à restrição das políticas educacionais na ditadura civil-militar brasileira que se encerrou exatamente com o processo constituinte; o segundo tem relação com o modo de funcionamento próprio do discurso legal/jurídico: uma vez que este se estabiliza, os enfrentamentos que levaram a sua formulação desaparecem e ele ganha identidade própria, se entifica, por assim dizer. Trinta anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, as ações dos movimentos

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*  
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

sociais cuja militância produziu tal formulação (ou participou das negociações que levaram a ela), parecem apagadas na memória coletiva na medida em que os direitos conquistados pouco a pouco se naturalizam. O texto legal passa a ser entendido como se tivesse brotado naturalmente, sem participação humana em sua formulação, ou como fruto direto da inspiração de legisladores iluminados, sem passar pela solução política das divergências. Diz Heymann (2006, p. 9) que “também com relação à história pode-se evocar uma dimensão de *dever* (grifos da autora), e expõe a disputa entre legisladores e historiadores (assim como entre estes últimos) sobre a quem caberia estabelecer uma “verdade histórica”, a ser ensinada na escola e a servir de base para as políticas de reparação.

O momento histórico a partir de onde olhamos o processo constituinte brasileiro, segunda década do século XXI, ao contrário dos processos apontados por Heymann, é marcado por uma forte reação contrária aos direitos pactuados na Carta Magna. A crítica e a resistência ao retrocesso político, produzidas nos meios educacionais, fazem com que a educação seja narrada como inimiga do governo em vigor. São convocados, duas gerações depois, os movimentos sociais para garantir que tais direitos não sejam esfacelados.

Poder-se-ia analisar de muitos modos, a partir de variadas materialidades, os registros que nos chegam ao presente acerca das lutas educacionais naquele momento histórico. Se adotamos um periódico específico, isso se deve ao modo singular como essa revista é criada, num governo de transição entre ditadura e democracia, com o objetivo de fazer dialogar as ações dos servidores do Ministério de Educação e Cultura (MEC) com as contribuições de pesquisadores da educação. Não é demais destacar o potencial heurístico da produção discursiva gerada por esse encontro de circunstâncias: o acontecimento histórico do processo constituinte modulado pelo acontecimento discursivo (Pêcheux, 1990) da produção de um periódico que representasse o encontro de um discurso governamental com os discursos que atravessavam as forças educacionais que se bateram contra a ditadura. As materialidades da memória não podem deixar de ser afetadas pelos embates próprios de tal momento histórico.

Para efeito deste artigo, apresentamos brevemente as noções de memória discursiva, interdiscurso e pré-construídos na perspectiva pecheutiana, sintetizamos o histórico do periódico estudado e, tomando como materialidade enunciados extraídos dos textos de apresentação de cada número do periódico que compôs o volume 24, analisamos os modos de funcionamento do discurso através de estratégias baseadas em encaixes sintáticos e discurso transversal.

## 2. MODOS DE FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA DISCURSIVA

Antes de proceder à análise propriamente dita, coloca-se a questão da memória discursiva e seus modos de funcionamento: ao colocar em discussão as questões educacionais que deverão entrar no debate constituinte, como o interdiscurso atravessa os enunciados do discurso governamental rearranjado como discurso acadêmico? Indursky (2011) assim define a característica essencial da memória discursiva “tal como ela é convocada pela AD”:

o sujeito, ao produzir seu discurso, o realiza sob o regime da repetibilidade, mas o faz afetado pelo esquecimento, na crença de ser a origem daquele saber. Por conseguinte, a *memória* de que se ocupa a AD não é de natureza cognitiva, nem psicologizante. A memória, neste domínio do conhecimento, é social. E é a noção de *regularização* que dá conta dessa memória [...] São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido socio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados (2011, p. 70-71, grifos da autora).

Questionando qual é a natureza dessa repetição, a autora recorda os processos de ressignificação que ocorrem a cada novo uso do enunciado evocado, migrando entre formações discursivas e estabelecendo novas relações com os processos ideológicos. Ao “complexo das Formações Discursivas das quais uma é dominante” (2011, p. 72) a AD pecheutiana denomina *interdiscurso*.

Para Indursky (2011), a memória ganha materialidade no discurso através de diferentes modos de funcionamento discursivo; destes, destacamos aqui a repetibilidade: “*relações de parafrase* que as diferentes expressões, palavras e enunciados mantêm entre si no interior de

uma *matriz de sentido* que se organiza no âmbito de uma *Formação Discursiva* (FD)” (2011, p. 68; grifos da autora). Os modos como são reproduzidos os jogos de repetição se ancoram numa memória social, mais do que numa memória psicológica, lembra a autora; assim, não há que negar que nosso olhar sobre uma produção datada é, ele também, datado: o atual momento histórico, em que os ganhos populares das lutas presentes na Constituinte são questionados, nos obriga a retomar a memória de tais lutas em seus vários modos de materialização.

Analisando os modos como os processos de repetição se produzem na perspectiva pecheutiana, Indursky afirma que é a noção de pré-construído que “vai permitir melhor perceber os entrelaçamentos entre *repetição, memória e sentidos*” (2011, p. 69). Os pré-construídos, na visão da autora, podem ser mobilizados de duas maneiras: através de encaixe sintático e discurso transverso. A autora define do seguinte modo a noção de encaixe sintático:

o pré-construído mobiliza uma operação sintática que sinaliza a fronteira entre o que veio de outro lugar, o pré-construído, e o que foi produzido pelo sujeito do discurso. No entanto, esse encaixamento, em lugar de ser assim percebido pelo sujeito, produz o efeito de ter sido formulado no seu discurso (2011, p. 69).

Encontramos então no encaixe sintático, as marcas de fronteira entre os discursos. No discurso transverso, no entanto, tais marcas não aparecem claramente, porque são externas aos enunciados e os constituem, funcionando como memória do discurso de fundo, mais abrangente:

o discurso transverso funciona como “exterior ao discurso considerado e o implícito que ele constitui é explícito alhures” (Pêcheux e Fuchs s/d., p. 39). É com esta formulação que podemos nos acercar melhor do funcionamento do discurso transverso e é ela que ilumina o modo como este processo de retomada se faz no discurso do sujeito: o discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito, tangenciando-o e nele fazendo eco de algo que foi dito em outro lugar (2011, p. 70).

A escolha do *corpus* a ser analisado, para efeito deste artigo, centra-se no volume referente ao ano de 1985 do periódico *Em Aberto*; ali são apresentados e discutidos os desafios educacionais no período de transição para a democracia, preparando a disputa que se estabeleceria, nos

três anos seguintes, na Assembleia Nacional Constituinte. Nossa pretensão de que os artigos publicados em tal *corpus* representem um ponto de vista governamental se ancora no fato de que o *Em Aberto*, tendo sido criado como um periódico do MEC, tenha circulado internamente a esse órgão de governo em sua primeira fase, como esclarecemos ao estudar o histórico e estrutura do periódico, mais adiante. Tratar-se-ia, portanto, de um discurso oficial, entendido como a enunciação assumida por um órgão de governo.

Convocado aqui para rememorar os embates próprios do período histórico em estudo (no campo educacional), tal *corpus* sofreu recortes, dada sua amplitude: para efeito deste artigo, destacamos enunciados presentes nos textos de apresentação de cada número. Em tais enunciados, acompanhamos a mobilização de pré-construídos através das duas maneiras apontadas por Indursky (2011).

Inicialmente foi feita a busca na página do INEP, a coleta dos exemplares digitalizados e após uma abordagem de identificação da estrutura do periódico foi construída uma tabela com todos os números publicados, organizados por ano, número, período e tema do número. O periódico tratou, a cada número, de um tema específico, nas seções Apresentação, Enfoque e Ponto de Vista. Localizados os temas referentes ao processo constituinte, foi feita a leitura completa das três primeiras seções, destacando-se ali os problemas apontados/delineados e as possíveis formas de enfrentamento de tais problemas. Para este trabalho, foram selecionados os números referentes a 1985, quando aparecem pela primeira vez, explicitamente, as temáticas da educação na Constituinte que se iniciava.

Acerca das técnicas de trabalho com periódicos, Nepomuceno afirma que

[...] praticamente inexistem entre os autores que se dedicam ao trabalho com periódicos, estudos que ensinem a arte de ler, ou seja, de abordar periódicos, embora existam estudos que, ao tratarem de periódicos, desempenhem esse papel (Nepomuceno, in Leite e Alves, 2011, p. 199).

Em seu texto, a autora cita vários trabalhos desse último tipo, cuja busca pode ajudar a for-

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*  
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

mular um modo de trabalhar com notícias de jornal, mas não enfoca os periódicos acadêmicos.

### 3. EM ABERTO: HISTÓRICO E ESTRUTURA DO PERIÓDICO

No periódico *Em Aberto*, temos uma configuração singular, já que sofreu mudanças em sua concepção ao longo do tempo. Em sua forma atual (2021), ele se apresenta como claramente acadêmico: conta com comitê editorial oriundo de várias universidades, conselho editorial nacional e internacional, estabelece regras de submissão e avaliação cega por pares, como fica claro na própria página de créditos<sup>1</sup> da publicação em seu último número:

*Em Aberto* é uma revista monotemática do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), destinada à veiculação de questões atuais da educação brasileira. A exatidão das informações e os conceitos e as opiniões emitidos neste periódico são de exclusiva responsabilidade dos autores.

1. <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/496>

Em sua fase inicial, no entanto, na década de 1980, o periódico teve circulação interna no MEC, dado que nos levou a uma pesquisa paralela acerca da perspectiva adotada no início da nova República para a função do INEP dentro do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Rothen (2008, p.18) indica que nesse período o INEP passava por “uma crise de identidade” (de acordo com o autor, iniciada em 1976, sob a direção da interventora Maria Mesquita de Siqueira e tendo durado até o mandato do ministro Paulo Renato de Souza, em 1997, já no governo FHC). Tal crise se ancora em duas mudanças importantes nos objetivos do instituto; pela primeira, o INEP deixou no fim da década de 1970, “de ser um órgão de investigação das questões educacionais e passou a ser um financiador de pesquisas realizadas pela comunidade acadêmica” (Rothen, 2008, p. 23). A segunda mudança ocorreu a partir de 1985, já na Nova República:

No governo Sarney o Instituto deixou de ser um órgão de fomento à pesquisa e passou a ser um órgão de assessoramento ao governo – houve nessa fase um sensível afastamento do Inep relativamente à comunidade acadêmica. Por um lado, o Instituto deixou de financiar as pesquisas, mas, por outro, suas produções editoriais, como a Rbep, por exemplo, estavam voltadas para a publicação de matérias da comunidade acadêmica. (Rothen, 2008, p. 23).



O periódico tradicional do INEP era a conhecida Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP); com a mudança do INEP para Brasília (em 1976) e a redução e simplificação de sua estrutura (BRITTO, 2008), e ainda tendo sido extinto o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, a RBEP teve sua periodicidade afetada, tornando-se irregular. Diz Britto (2008, p. 40): “Na gestão de Hélio Ulhoa Saraiva, de 1981 a 1983, a RBEP passou por uma fase de reorganização”:

Somente na administração da professora Lena Castelo Branco (1983-1985) é que a Revista voltou a ser editada, com expressivo apoio de comitê editorial, composto de especialistas em educação provenientes de várias universidades. Com periodicidade quadrimestral, sua publicação manteve-se regular nas gestões de Vanilda Paiva, Pedro Demo e Marcos Formiga (Britto, 2008, p. 40).

Diz Mendonça (2008, p. 111) que “o Inep se caracterizou por um estatuto institucional ambíguo, constituindo-se em um órgão de pesquisa que tinha simultaneamente atribuições executivas”. Tal ambiguidade é explicada por Rothen (2008, p. 25-26), ao definir o Inep como “um órgão que tem por vocação a pesquisa, a documentação e a disseminação da informação educacional, mas que, para exercer essa vocação, paga o tributo de executar política pública”. Faz sentido assim que, naquele momento de transição para a democracia, o periódico governamental tivesse deslocado sua ênfase da pesquisa para o assessoramento das políticas a serem implementadas. Na página do INEP onde se apresenta o histórico do órgão<sup>2</sup>, encontramos a afirmação de que em 1985, o INEP “retirou-se do fomento à pesquisa para retomar sua função básica de suporte e assessoramento aos centros decisórios do Ministério da Educação” (Brasil, 2019, não paginado), confirmando a afirmação anterior de Rothen (2008). O lançamento do Em Aberto, então, de algum modo supriu a lacuna deixada pela RBEP naquele momento histórico, mas seu formato indicava essa função de assessoramento, como informa Pilatti (2012, p. 42):

Foi assim que surgiu a proposta de se criar um veículo por meio do qual o Inep pudesse levar essas contribuições aos servidores e, ao mesmo tempo, trouxesse os pensadores, professores e pesquisadores da educação, pertencentes às mais diversas correntes teóricas, metodológicas e mesmo ideológicas para interação direta com sua máquina administrativa. Imaginava-se que se poderia contribuir para que os funcionários, ou parte deles,

2. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>.

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*  
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

sem deixarem de ser executores das ações e políticas educacionais, pudessem também estudar e compreender as diretrizes, critérios e princípios vigentes para não apenas executá-los com maior eficiência (quando pertinentes), mas também visualizarem alternativas possíveis diante de um novo quadro.

No momento do levantamento de dados (abril a novembro de 2019), o periódico disponibilizava todos os seus números *on line* (desde sua primeira publicação em 1981), tanto na página do periódico quanto no site do INEP<sup>3</sup>. A partir dessas fontes, fizemos, no primeiro número do Em aberto (novembro de 1981), um estudo do formato, destacando objetivos, estrutura e periodicidade.

Em seu primeiro número, ainda no mandato do general Figueiredo (que governou de 1979 a 1985), o periódico anunciava como meta “aproximar e articular os técnicos do MEC” (1981, não paginado), como vimos em Pilatti (2012).

Desse modo, sua leitura neste trabalho o situa como um discurso governamental, tomando-se como indício de autoria a vinculação com um órgão de governo e a intenção de circulação interna, por um lado, mas também de produção de material para uso na graduação e pós-graduação, como indica Fávero (2012, p. 20):

A criação do *Em Aberto*, em 1981, tem um significado especial. De um lado, destinava-se inicialmente ao próprio corpo técnico do Ministério da Educação e Cultura (MEC), procurando suscitar a reflexão e o debate sobre questões atuais e relevantes da educação brasileira. A informação sobre a grande tiragem dos primeiros números (7 mil exemplares), inclusive pela sua demanda por parte da comunidade acadêmica, para uso como material didático nos cursos de graduação e pós-graduação, já era um primeiro sinal do acerto de seu lançamento.

O autor destaca ainda elementos de forma, descrita como inovadora se comparado com os periódicos da época: chama a atenção para o formato monotemático e para a possibilidade de serem apresentadas sobre o tema de cada número um mapeamento e atualização do debate, trazendo opiniões diversas “e até contrastantes” (Fávero, 2012, p.20): consideremos que opiniões contrastantes ainda eram apresentadas com cautela, dada a censura aos pontos de vista

3. Disponível em dois locais, na página do INEP/MEC <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto>): no sistema eletrônico de submissão e no botão Acervo. Neste último podem ser acessadas as versões originais do periódico, em pdf, que foram utilizadas para este trabalho.

na ditadura recém finda. Em termos de formato, o *Em Aberto* se inicia muito distinto dos periódicos acadêmicos de modo geral, dos quais destacamos: “a impressão em folhas soltas, de cores diferentes em cada seção, e a capa contendo informações sobre eventos significativos [...] (Fávero, 2012, p. 20). O formato de folhas soltas permitia que fossem afixadas em murais, as cores distintas permitiam aos leitores uma rápida escolha da seção de seu interesse.

Até o ano 4, número 26 (abril a junho de 1985), o periódico continuou se identificando, na capa, como destinado à circulação interna no ministério e trazia a reprodução de documentos oficiais ou publicações de outros periódicos, transcrições de trechos de livros ou artigos que podem ter sido encomendados, já que não aparecem indicações para submissão de artigos. Foi somente no número 27, ano 4 (julho a setembro de 1985), já no mandato presidencial de José Sarney, que o periódico deixou de ser restrito à circulação interna e passou a apresentar ficha técnica com conselho editorial. Ainda não apresentava, no entanto, normas para submissão de trabalhos. A ficha catalográfica do último número (vol. 34, n 110, 2021) indica que a publicação foi irregular até 1985 (foram publicados no período um número em 1981, dez em 1982, oito em 1983, seis de 1984 em diante) e bimestral de 1986 a 1990.

#### **4. MEMÓRIA E PRÉ-CONSTRUÍDOS NO DISCURSO EDUCACIONAL DO GOVERNO NO PERÍODO PRE-CONSTITUINTE**

As primeiras edições do *Em aberto* dedicadas explicitamente às mudanças esperadas na educação nacional dentro do processo de democratização e do processo constituinte foram publicadas no ano de 1985, ainda no formato de circulação interna, de modo que se pode inferir que se tratam de debates nos limites daquilo que era considerado importante para o Ministério de Educação e Cultura tanto para o “suporte à tomada de decisões” quanto como estratégia de produção e difusão de conhecimento, conforme apontado na página já citada (Brasil, 2019, não paginado). Naquele ano, foi publicado o volume 4, cujos números 25, 26, 27 e 28 (um por trimestre) abrangem o recorte temporal naquele ano.

O número 25 (referente ao período de janeiro a março de 1985) se intitula *Perspectivas da educação brasileira*, tendo em vista, conforme seu texto de apresentação (Painel, 1985, não paginado), a transição em andamento para a democracia. Transcrevemos abaixo os dois primeiros parágrafos da Apresentação, na seção Painel, entendidos como enunciados:

#### E 1

Procurando corresponder à expectativa de uma conquista do espaço que a educação \_por direito \_ deve ocupar nas amplas e acirradas discussões dos problemas nacionais, *Em Aberto* tentou sempre manter-se fiel ao seu escopo maior e, desde o primeiro número, estimulou a reflexão e o debate úteis à busca de soluções educacionais.

#### E 2

Aliando-se, mais uma vez, aos educadores brasileiros, e esperando que o período que ora se inicia constitua-se numa etapa nova e realizadora de nossa educação vem, neste número, oferecer subsídios para a discussão sobre os rumos que devem tomar as questões educacionais do país.

Chamamos a atenção do leitor para o movimento discursivo presente em E1: o texto se refere ao esforço que faz o periódico para corresponder à “expectativa de uma conquista do espaço que a educação \_ por direito \_ deve ocupar nas amplas e acirradas discussões dos problemas nacionais”. O implícito, aqui, se ancora no fato de que a publicação se dá no início dos anos da redemocratização do país (“o período que ora se inicia”); a sequência discursiva estabelece diálogo, então, com a memória da ditadura recém-encerrada. Nesse regime de transição, a educação não ocupa ainda o espaço que merece nas discussões nacionais; isso se configura como expectativa de conquista; manifesta na expressão “deve ocupar”. É, entretanto um direito, que tem sido até ali negado. O discurso transversal, constituído em outros ditos, deixa um vazio quanto ao sujeito de uma frase não dita, mas pressuposta: quem negaria para a educação a condição de direito? A memória da censura recente, própria dos anos ditatoriais justifica de sobra esse não-dito.

Ainda em E1, temos uma formulação que mostra um deslocamento discursivo. A afirmação de que o periódico sempre “estimulou a reflexão e o debate úteis à busca de soluções educacionais” subordina à utilidade educacional o debate que, no início da sequência, parecia se encaixar nos grandes debates da época, ou seja, da redemocratização de todos os espaços e atividades sociais. Aqui, o enunciador se apresenta claramente como o governo de transição, cuja tarefa é buscar soluções: o discurso transversal, antes oriundo da vinculação ao movimento dos educadores, aqui se desloca para as funções de governo.

Outro movimento discursivo interessante é o recurso a interlocutores autorizados, os quais, no enunciado seguinte (E2), são os educadores organizados que resistiram à ditadura. O enunciador que denuncia a recusa da ditadura em entender a educação como um direito é o governo de transição, já que é uma revista oficial que vem reivindicar esse lugar de protagonismo da educação; para tanto, se declara aliada dos educadores. Encontramos esse movimento discursivo em E2: “aliando-se, mais uma vez, aos educadores brasileiros”. Assim, tal aliança deve contribuir para que a educação seja também debatida “nas amplas e acirradas discussões dos problemas nacionais”. Tal aliança não seria a primeira: na formulação “mais uma vez” temos a marca discursiva dessa reivindicação de um vínculo já estabelecido entre governo e educadores.

Os educadores organizados, no Brasil, desempenharam no processo de redemocratização, o que justifica que sejam evocados como voz de autoridade no discurso governamental. Os anos anteriores a 1985, ano de publicação do volume em discussão, viram acontecer três Conferências Brasileiras de Educação (Pinheiro, 2015). Nelas, foram intensos os debates acerca da democratização do país.

As “discussões dos problemas nacionais” destacadas em E1, assim como os “rumos que devem tomar as questões educacionais do país”, formulação presente em E2, parecem oriundas de outra formulação discursiva, esta dispersa nos temas tratados nas Conferências, aparecendo

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*  
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

aqui como um encaixe sintático. De acordo com Pinheiro (2015), o tema da I CBE (em 1980, na PUC SP) foi “Política educacional”; da II CBE foi “Educação: perspectivas na democratização da sociedade” (1982, na UFMG); da III CBE (UFF, 1984) foi “Das críticas às propostas de ação”. O tema da III Conferência, segundo Pinheiro (2015), tem relação com as eleições de candidatos vinculados às lutas democráticas no ano de 1984, assim como com a mobilização pelas “Diretas já” (movimento nacional por eleições diretas para presidente). Assim, a aliança anunciada em E2 parece querer marcar uma distinção entre governo e movimento dos educadores; distinção que, no caso da sequência temática do volume 4 do Em Aberto, parece não ter muito sucesso. Veremos isso nas temáticas escolhidas para os números seguintes do periódico.

O número 26, correspondente ao trimestre abril-junho, tem como temática *Educação e política*; a relação entre os dois termos é justificada na apresentação por ter despertado “o interesse dos educadores” (Painel, 1985, não paginado), tanto pelo momento político que vive o país (os processos de redemocratização) quanto pela necessidade de entender melhor os processos pedagógicos propriamente ditos. Transcrevemos abaixo os dois primeiros parágrafos da Apresentação, na seção Painel, aqui tomados como enunciados:

### E3

Os estudos e debates acerca das relações entre educação e política vem despertando o interesse dos educadores, tanto pelas transformações vividas pela sociedade brasileira no atual momento político como pela possibilidade de que, a partir daí, sejam desvelados conhecimentos que permitam uma adequada compreensão da educação.

### E4

Abordado já em várias ocasiões e em diversos aspectos, o assunto, todavia não se esgota, apresentando sempre novos ângulos a analisar e outros a aprofundar ou reexaminar. Em Aberto, neste número, concentra sua atenção no tema educação e política e brinda o leitor com artigos que tratam sobretudo do vínculo entre política e processo pedagógico.

“As transformações vividas pela sociedade brasileira”, em E3, são um modo de parafrasear os esforços de superação do período ditatorial; próximo demais no tempo para ser nominado numa publicação governamental, o enfrentamento com a ditadura aparece como discurso transversal. Assim, produzir um número que faça com que educação e política possam ser relacionadas se delinea ainda como um passo cuidadoso, cheio de não-ditos, mas muito compreensível se se considera a matriz de sentidos que organiza aquilo que pode ser dito no momento histórico que enfocamos. Ainda é uma relação que precise ser justificada, explicada; mais uma vez, o “interesse dos educadores” (como interlocutor autorizado de que falávamos antes) é convocado a justificar a escolha editorial. A expressão “vem sendo despertado”, no entanto, ancora num tempo recente tal interesse, como se não tivesse sido o próprio movimento de educadores a forçar o debate da educação a partir da política. O movimento discursivo desloca, com o sujeito da oração, a autoria: são as transformações na sociedade que despertam o interesse dos educadores, e não a organização e as lutas dos educadores que afetam as transformações sociais. Nas últimas palavras do enunciado a concepção de educação anterior (portanto do período ditatorial, como não-dito sempre presente) é adjetivada como inadequada, já que se espera que os conhecimentos gerados pela possibilidade de relacionar educação e política “permitam uma adequada compreensão da educação”. O cuidado presente na redação (na oposição adequado/inadequado) denuncia como discurso transversal tanto o risco que ainda se corria ao falar livremente de política quanto a própria falta de hábito de fazer isso nos espaços de governo, travados por vinte anos de censura. Assim, os interesses dos editores parecem ficar mais confortáveis quanto apoiados nos interesses dos educadores, público-alvo do periódico, chegando a se confundir com eles.

A primeira parte de E4 volta a elaborar a necessidade de justificar a relação entre educação e política, apresentado como assunto que “abordado já em várias ocasiões e em diversos aspectos [...] todavia não se esgota”. Esse encaixe sintático inaugurado pela conjunção “todavia” permite que se entreveja um interlocutor fantasma, ao qual seria necessário argumentar sobre a ines-

gotabilidade da relação entre educação e política. Para demarcar os indícios da presença desse interlocutor no discurso, basta que nos perguntemos que tipo de concepção daria tal assunto por esgotado. Anunciando “artigos que tratam sobretudo do vínculo entre política e processo pedagógico”, a apresentação do número 26 se mostra cuidadosa naquilo que ousa; evidencia-se nesse cuidado um pré-construído, em que a memória da ditadura recente ensina a não provocar um interlocutor vencido, mas não tanto, uma vez que presente nos não-ditos.

O número 27, referente ao período entre julho e setembro de 1985, traz como temática *Política social e educação*, numa continuidade dos debates do número anterior. A temática é justificada, no texto de apresentação, pelo momento político de redemocratização (“no momento em que o país busca a reconstrução da sociedade democrática”) e pelo lugar importante da educação entre as políticas voltadas para o “atendimento das necessidades básicas da população brasileira, com efetiva prioridade para a área social” (Painel, 1985, não paginado). O enunciado no qual é sintetizada a apresentação é transcrito abaixo:

E 5

No momento em que o país busca a reconstrução da sociedade democrática, assume relevância a discussão acerca da importância de uma política governamental voltada para o atendimento das necessidades básicas da população brasileira, com efetiva prioridade, portanto, para a área social. Em Aberto trata, neste número, do tema “Política Social e Educação”, abordando tanto questões relativas às diferentes políticas sociais como o papel da educação enquanto política social do Estado.

A unidade presente na palavra “país”, em E5, aparentemente nega aquele interlocutor que pressupúnhamos nos enunciados do número anterior. Aqui, ao invés de parafrasear os processos de redemocratização como “atual momento político”, temos a referência explícita a tais processos, anunciando que o cuidado na retórica também se reduziu neste enunciado. A expectativa de que todo o país se una na reconstrução da sociedade democrática parece “apagar” a existência discursiva daqueles que a destruíram e que assumiam o governo poucos anos antes. Contraditoriamente, a necessidade de reconstrução da democracia exige a evocação de



uma suposta unidade, para a qual esse interlocutor apagado precisa ser mais uma vez evocado. O movimento discursivo que distingue “país” de “sociedade democrática” (aquele constituído, esta em processo de constituição) permite assim, ao mesmo tempo, a evocação e o apagamento da lógica educacional que presidiu o MEC nos governos militares.

O número 28 (outubro-dezembro) foi nomeado *Educação e trabalho do jovem*, numa “homenagem ao Ano Internacional da Juventude” (Painel, 1985, não paginado) e levando em conta os debates promovidos naquele ano em torno das relações entre juventude, educação e trabalho. A discussão subjacente é o caráter do ensino de 2º grau (profissionalizante ou propedêutico) que será retomada nos anos posteriores.

#### E7

Em homenagem ao Ano Internacional da Juventude, Em Aberto dedica este número ao tema “Educação e Trabalho do Jovem” e procura oferecer aos leitores oportunidade de reflexão e debate sobre questões que afetam profundamente a juventude brasileira na atualidade. Alguns dos trabalhos aqui publicados constituem contribuições oferecidas ao Simpósio Nacional sobre Educação e Trabalho do Jovem Brasileiro, promovido, em setembro passado, pela comissão nacional do Ano Internacional da Juventude, com o intuito de identificar e analisar problemas e estratégias de ação nos campos da educação, trabalho e assistência social e apresentar proposições de políticas que assegurem aos jovens o pleno exercício da cidadania.

Em E7, o processo de redemocratização se apresenta como discurso transversal na formulação “questões que afetam profundamente a juventude brasileira na atualidade”. Não se referindo a tal processo explicitamente, o discurso o simplifica na fórmula parafrástica “na atualidade”. Esse movimento é contradito pela formulação que fecha o enunciado, em que os trabalhos publicados buscam “identificar e analisar problemas e estratégias de ação [...] e proposições políticas que assegurem aos jovens o pleno exercício da cidadania”. Nessas últimas palavras encontramos, pela negação, o interlocutor silenciado: aquele cuja existência comprometeu o pleno exercício da cidadania. Os campos indicados como prioritários (educação, trabalho e assistência social) dialogam com as políticas sociais anunciadas no número anterior e indicam

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*  
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

as áreas que sofreram nos governos ditatoriais, embora os enunciados só possam expressar isso pelo recurso a relações de parafraseagem, como indicava Indursky (2011).

## 5. CONCLUSÕES

O volume 4 do *Em aberto*, portanto, em suas apresentações, permite entrever os “entrelaçamentos entre repetição, memória e sentidos” (Indursky, 2011) presentes num interdiscurso no qual a ditadura recém-encerrada ainda é interlocutor efetivo. Preparando-se para ter papel importante nos debates educacionais que formulariam um novo capítulo na educação brasileira e trazendo corajosamente as perspectivas dos debates presentes nos movimentos de educadores materializado nas Conferências Brasileiras de Educação, o periódico não pode deixar de mobilizar os sentidos trazidos da memória (muito recente no volume estudado) da censura e das limitações impostas ao debate das relações entre educação e política, entre política e processos pedagógicos, entre educação e trabalho. Não deixa, no entanto, de trazer as questões candentes que, em 1986, seriam sintetizadas na IV Conferência (ocorrida na UFG, em 1986). O tema dessa Conferência foi Educação e Constituinte, gerando a carta de Goiânia, que sintetiza as elaborações realizadas nas conferências anteriores. Conforme Pinheiro (2015, p. 159), a partir dessa Conferência a “Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) [...] passa a protagonizar mais efetivamente a discussão em nível federal” tendo sido uma das entidades a propor a Carta de Goiânia.

Tomar o *Em Aberto* como representação do discurso governamental, no período, leva a questionamentos, já que em suas temáticas aparece mais esse protagonismo das organizações de educadores responsáveis pelas Conferências do que a voz dos gestores do período. No entanto, não se pode ignorar que o governo de transição era um governo de coalisão; o discurso governamental então precisa de incorporar os debates presentes nas lutas por democracia. Desta forma, os pré-construídos que atravessam os textos de apresentação do *Em Aberto* evocam as contradições próprias do período pós-ditadura; nos processos de parafraseagem mar-

cados em seus enunciados encontramos marcas discursivas da cautela própria da necessidade (ainda em superação naquele momento histórico) de escapar/desviar da censura. O recurso discursivo a interlocutores qualificados, no *corpus* analisado, apresenta os educadores brasileiros ora como aliados, ora como público-alvo. Ainda que sempre qualificados no plural (como educadores) não aparecem no texto como organização da sociedade. É no subtexto, quando comparamos a sequência temática das Conferências Brasileiras de Educação e dos números do periódico que encontramos o movimento de educadores presente, não apenas como aliado, mas dividindo a autoria.

Fazemos aqui um exercício de trabalhar contra o esquecimento, tanto no sentido proposto por Heymann (2006) como o apagamento da dor gerada por fatos passados, como no sentido pecheutiano, como a ilusão da autoria e da impossibilidade de dizer de outro modo. A análise de discurso, tomando a memória como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização ... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, in Achard et al, 1999, p. 56), faz do trabalho analítico esse movimento de encontrar, na materialidade do discurso, indícios dos embates e das dores que os acontecimentos (tanto históricos quanto discursivos) provocaram e provocam.

A pesquisa levada a cabo até aqui se apresenta como um primeiro passo para uma análise da produção discursiva que atravessa a produção do Capítulo da Educação na Constituição Brasileira de 1988, produção que embasou as conquistas educacionais das três décadas seguintes. Os direitos educacionais ali previstos foram conquistados palmo a palmo pelas lutas sociais, com destaque para as organizações dos educadores brasileiros. A continuidade da pesquisa, encarada como “dever de memória” (Heymann, 2006), deverá tratar desse processo histórico de conquista de uma educação democrática, que cabe a nós, educadores, proteger e aprofundar.

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*  
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

#### REFERÊNCIAS

Brasil (2021) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *História*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>

Britto, J. M. (2008). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep): espelho da ação do Inep. In J. S. Moraes (Org.) *O Inep na visão de seus pesquisadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Coleção Inep 70 anos, V. 3), 31-42.

Fávero, O. (2012) Disseminação dos resultados das pesquisas em periódicos da área de educação: o papel e o lugar do Em Aberto. *Em Aberto*, vol. 25, n. 87. 2012. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.25i87.2360>.

Ferreira, M. dos S. (2019). A utilização do conhecimento científico: uma discussão sobre as pesquisas educacionais e a formulação de políticas. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.4, n.2, p.123-130. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.4i2.123130>.

Heymann, L. (2006) *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC.

Indursky, F. (2011) A memória na cena do discurso. In F. Indursky; S. Mittmann & M. C. L. Ferreira, *Memória e história na/da análise de discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

Mendonça, A. W. P. C (2008). Três momentos de uma (já) longa história: o Inep na trajetória pessoal de uma pesquisadora. In J. S. Moraes (org.). *O Inep na visão de seus pesquisadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Nepomuceno, M. A. Imprensa periódica, intelectuais e organização da cultura em Goiás (1942-1944). In J. L. Leite & C. Alves, *Intelectuais e história da educação no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011.

Pêcheux, M (1999). Papel da memória. In P. Achard, Pierre; et al. (1999) *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes.

\_\_\_\_\_(1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes.

Pilati, O. (2012). Memórias Em Aberto. *Em Aberto*, vol. 25, n. 87. 2012. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.25i87.2361>.

Rothen, J. C. (2008). Inep com seus 70 anos: um senhor maduro em constante busca de sua identidade. In J. S. Moraes (Org.) *O Inep na visão de seus pesquisadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA;  
*Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*  
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

#### FONTES

Em Aberto, vol 34, nº 110. Acesso em setembro 09, 2021 em <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/492/129>

Em Aberto, vol. 4, nº 25. Acesso em setembro 09, 2021 em  
<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/168>

Em Aberto, vol. 4, nº 26. Acesso em setembro 09, 2021 em  
<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/169>

Em Aberto, vol. 4, nº 27. Acesso em setembro 09, 2021 em  
<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/170>

Em Aberto, vol. 4, nº 28. Acesso em setembro 09, 2021 em  
<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/171>

